

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**MARTINS, Francisco José Rocha** (Lisboa, 1879 – Sintra, 1952)

De família modesta, Rocha Martins foi um autodidacta que se tornou num dos escritores portugueses que em todos os tempos mais terá publicado. Frequentou o Curso Superior de Letras, que não completou. Jornalista, romancista com temas históricos (*Maria da Fonte, Madre Paula, Bocage, Gomes Freire*, e outros), divulgador de assuntos de história a que chama evocações históricas (em livros e nos periódicos *ABC* e *Arquivo Nacional* que fundou e dirigiu e em inúmeras brochuras – formando colecções que atingiram grandes tiragens). Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, a literatura também lhe serviu de assunto, tendo dedicado a Camilo Castelo Branco e a Eça de Queirós alguns trabalhos com interesse. Em todos os seus escritos está muito presente a perspectiva um tanto romântica – parecendo apreciador de dramalhões. Da sua imensa bibliografia destacam-se contudo alguns títulos em que realmente procurou escrever o que se designa por história contemporânea. Sempre em redor da política, e de assuntos que a um monárquico liberal calhavam – embora tivesse sido dedicado partidário de João Franco, defendido o ditador Pimenta de Castro e aderido a Sidónio Paes (e mesmo sido deputado sidonista). Vereador no município de Lisboa em 1924, ainda colaborou de início na propaganda do Estado Novo – apesar de depois se ter destacado como opositor ao salazarismo – e precisamente nos anos 40 no jornal *República* em artigos que deram brado. A sua relação com o director desse periódico Carvalhão Duarte terá provavelmente a ver com a fraternidade maçónica. Monárquico, não se estranha que se afirme e mostre liberal, embora ponha a Pátria acima de uma liberdade ampla que defende. Liberal, “adversário confesso e firme de jacobinismos vermelhos e brancos [...]” (*O governo...*, 1945, 9). Assim resulta natural que colabore com Lopes d’Oliveira (liberal, republicano radical e também patriota) na redacção dos “Cadernos Históricos” que no ano de 1946 saíram em Lisboa para instrução popular: empreendimento de difusão cultural, em que colaboraram também Aquilino Ribeiro, João de Barros ou Bourbon e Meneses. De algum modo retomava-se a intenção que presidira às publicações ditas de propaganda democrática nos anos 87-88 do século XIX da autoria de Zófimo Consiglieri Pedroso. São escritos com singeleza, para serem lidos pelo Povo, e querem mostrar a própria história dos humildes e a sua ascensão possibilitada pela democracia: assim se apresentavam os Cadernos logo no nº 1 dedicado à *Democracia, sua origem*,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*sua eclosão e seu triunfo*, da autoria de RM. Programa ambicioso, que como tantos outros foi fruto da euforia do fim da Guerra, com a vitória das democracias que se julgava se estenderia a Portugal. O ambicioso programa dos “Cadernos Históricos” ficou por cumprir parando no 15º. RM aproximara-se ideologicamente dos republicanos, pois o seu liberalismo democrático naturalmente assim o impunha – agora que por morte do que fora o último soberano constitucional D. Manuel II (em 1932) se sentia liberto da obrigação de fidelidade monárquica.

Esses Cadernos não foram o fim dos trabalhos do historiador, tendo editado interessantes *Vermelhos, brancos e azuis: homens de Estado, homens de armas, homens de letras* e outras obras. São biografias de personalidades que sucintamente se apresentam como interligadas pela visão do historiador e jornalista. O essencial da produção histórica de Rocha Martins pode ser enquadrado numa relevante tradição jornalística e cronística oitocentista de evocação memorial do passado, com notório destaque para a época contemporânea. Bastará lembrar, a título de exemplo Manuel Pinheiro Chagas, Joaquim Martins de Carvalho, Barbosa Colen e Alfredo Galis. Porém já não escreverá mais nenhuma obra monográfica depois de 1939, excepto sobre o *Governo Provisório da República (1910-1911)*. Afinal, um sereno ajuste de contas com a República, que de início não tratara nada bem.

Frequentemente procura documentar os escritos de história, juntando documentos de arquivo para que o leitor pudesse confirmar os juízos que não deixa nunca de expender – copiosamente. Em especial apreciando usar correspondências particulares o que lhe permite a tentativa de captar as personagens históricas mais directamente – como que a devassar-lhes a intimidade e na intenção de comover por presença muito directa do objecto de reconstituição. A escrita – que se pode qualificar de neo-romântica – mantém-se rica de metáforas e procura como que fazer viver as personagens do drama de que se assume como narrador. Narrador que não deixa de fazer passar a sua opinião, o seu julgamento, para bem marcar o percurso da trama que desvenda. Não hesita nunca na procura de efeitos estilísticos, muitas vezes exagerando. Porque a sua concepção da escrita de história implica a tentativa de transmitir aquilo a que chama o “ar do tempo”, a “atmosfera” vivida pelos protagonistas – esse como que sopro épico que procura alcançar e que talvez lhe fosse acicatado por leituras superficiais e apressadas de Michelet. Pelo que se nem sempre história, quase sempre literatura: “Espreitava-o o ódio sobre a aparência de respeitos; vigiava-o a raiva, sorrindo-lhe, lisonjeira; marcava-se a seu lado a subserviência, que se transformara em ingratidão; porém ele, arrebatado pela tarefa colossal, entregava-se-lhe naquela sala, onde se amontoavam os cadernos volumosos.” Assim caracterizava o marquês de Pombal e a sua dedicada governação, nas vésperas da morte de D. José (*O marquês de Pombal...*, 1939, 13). A busca de emoção e de arranjos dramáticos revela-se até nos temas escolhidos e nas designações que dá aos seus escritos: “Processos célebres da História de Portugal” (coleção anunciada) onde a obra que se propunha para seu início, *O marquês de Pombal desterrado*, é bom exemplo. Não parece que dominasse bem o período do



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

constitucionalismo monárquico – ou pelo menos não se dedicou a descrevê-lo ou a explicá-lo. Entendia-se melhor com as grandes perturbações políticas do que com as pequenas rotinas. A “normalidade” não quadrava ao seu temperamento de escritor que se exaltava com os dramas e com as lutas que se desencadeavam na sociedade. Procurando ao mesmo tempo satisfazer o seu gosto pela descrição dramatizante, pelas conflitualidades e pelo amor da nacionalidade que sempre procura destacar – em 1929 e depois em 1933 as suas *História de Portugal* e *História das Colónias Portuguesas*, cada uma delas receberá o epíteto de “obra patriótica”. Era pôr a história ao serviço da Pátria. A par e com *Os Lusíadas* como alimento espiritual do sentimento patriótico – naturalmente inspirador. RM assinala que *A história é o reflexo do passado, o espelho do presente, o guia do futuro*. Por isso a escrita de uma História de Portugal dedicada aos “estudiosos de Portugal. Aos humildes de Aquém e d’Além Mar, aos exilados trabalhadores, proscritos das aulas pelo ingresso na escola da luta pelo pão” – assim se lê nas páginas iniciais da *História de Portugal*. Preocupação com os humildes que precisam saber e ser educados. Texto onde dá largas à sua concepção de história como narrativa de excitantes episódios: a *História de Portugal* será “não um louvor a todos os actos dos ancestrs, mas a resenha do passado, ora sentimental, logo dolorida, depois ressoante, às vezes atormentada, forte nuns momentos, noutros tecida de tristeza, conforme as vitórias e as catástrofes.” Nesta terra entre todas bendita, se situava o autor sentindo-se “um crente no futuro sob a égide dos velhos tempos.” (*História de Portugal*, 1929, p. 7). Assim chamaria a atenção dos curiosos. A *História de Portugal*, patrocinada pelo *Diário de Notícias*, mostra-se muito ilustrada (embora a ilustração não fosse de grande qualidade). Mas RM decerto pretendia dar a ver ambientes, monumentos e representações de personalidades que ajudavam os leitores a compreender o passado. Passado próximo de que tem uma visão bastante isenta. A sua posição de monárquico não se revela nas páginas que dedica à República na *História de Portugal*. Onde se limita a expor os factos que considera relevantes, sem os carregar de adjectivação ou apor considerações valorativas. Quanto à Ditadura Militar em seguida ao golpe de 1926 queda-se pelo que designa por “Efemérides Nacionais” (que na 2ª ed. abrangem de 1919 a 1930). São apenas tópicos, que talvez esperasse oportunidade para desenvolver, o que não aconteceu. Bem diferente – e minucioso em extremo – é *O governo provisório da República Portuguesa 1910-1911*, dito *Crónica e Memórias Políticas*. Que é dado como na continuação de *João Franco e o seu tempo*, *D. Carlos*, *D. Manuel II*, *Pimenta de Castro*, *Memórias sobre Sidónio Pais*, *Monarquia do Norte* e *A República: memórias para a história do novo regime*. Dispensou-se de escrever um livro sobre o 28 de Maio e a Ditadura Militar e não há sinais de que procurasse fazer a crónica do Estado Novo.

Também ilustra alguns trabalhos com reproduções de fotografias, o que por vezes dá ao seu relato histórico uma certa tonalidade de reportagem jornalística: é o caso das biografias de D. Carlos ou de D. Manuel ou da Monarquia do Norte que faz sair logo após a sua derrota. Documentação e ilustração que depois ainda destaca pela prosa marcada por uma acentuada veemência. Escrita que se por vezes se torna



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cansativa pelo exagero da tentativa de dar vida aos relatos, também consegue efeitos apreciáveis: “Palmela estava sempre ao facto do que se tramava em Lisboa e até certo ponto dirigia a conjura, tal era a maleabilidade do seu talento, a segurança do seu valor, a persistência da sua vontade.” (*Palmela na imigração*, [1915], 70). RM escrevia naturalmente bem, dispondo de amplo vocabulário que usava com grande propósito, embora dada a sua enorme produção por vezes se sinta que houve falhas na revisão cuidadosa dos seus textos. Mantendo um mesmo processo de trabalho ao longo de toda a obra: entre os primeiros escritos – *A Côrte de Junot em Portugal* (1910) – e um dos seus últimos livros de história – *O marquês de Pombal desterrado* (1939) – não há notáveis diferenças de método. História descritiva de acontecimentos políticos, alguns apresentados com notável minúcia e cuidada informação, em que as explicações se não buscam. São relatos apenas, mais ou menos ornamentados com a expressiva prosa do autor, que não busca compreendê-los mas apenas assinalá-los. A técnica jornalística das reportagens e crónicas transita para a história tal como RM a concebe e escreve. Mais crónica e mais memórias do que história: embora à história sirvam os elementos que vai carreando nos seus escritos. O próprio autor considera que os seus trabalhos podem “constituir auxílios para a história definitiva contemporânea”, pois se alicerçam em “testemunhos imparciais.” Insiste em que lhe importa sobretudo dizer a verdade e não reear dizê-la (*O governo...*, 9). Envolta embora nas habituais roupagens com que adorna a sua prosa. Veja-se a Lisboa do 5 de Outubro: “Lembrava uma moça, emancipada de chofre, apetedendo-lhe, desde logo, loucuras, garotices, generosidades, berros infantis e súbitas atitudes de pessoa séria.” (*Idem*, 11) Porque não podia RM negar o acolhimento da República pela população lisboeta: “A República era, na verdade, àquela hora, alguma coisa de ideal, de perfeito, de enternecedor, com o povo nas ruas, as janelas embandeiradas, a luminosidade do dia outonal, cheio de sol.” (*O governo...*, 40). E por aí fora, em garrida descrição imaginária a que não falta a referência à quantidade de carne, de pão e peixe consumidos no acampamento na Rotunda, alimentos cozinhados em 9 fogões (*O governo...*, 44). Outros elementos sublinha RM, com o que procuraria aliviar as acusações monárquicas contra a República, nomeadamente alguns aspectos da legislação referente às congregações religiosas. Que não deixa de recordar serem leis da monarquia, quer contra os jesuítas as mesmas que Pombal elaborara e publicara quer de extinção das ordens monásticas de Joaquim António de Aguiar em 1834. (*Idem*, 58) Realçando o bom tratamento que mereceram freiras e jesuítas aquando da detenção prévia à expulsão, como que louvando a moderação com que agiu Afonso Costa. Todavia o escrito sobre o governo provisório da República data de 1945, e vem já depois do autor se ter afastado da monarquia. Pelo que esse período é apresentado com uma serenidade que não se encontra nos outros escritos daquilo que apresenta como uma série. A agressividade de 1915 ou dos anos 20 atenuara-se ou desaparecera por efeito do descontentamento e repulsa pela pressão liberticida da Ditadura Militar e do Estado Novo, que o liberal genuíno que era Rocha Martins sentia duramente. E contra a qual reagia – talvez compreendendo e acatando agora melhor as políticas

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

republicanas que condenara.

Com limitações que há que considerar, no entanto, ainda hoje se tornam indispensáveis aos historiadores alguns dos escritos de RM, em especial os que consagrou aos períodos de finais da monarquia (reinado de D. Carlos) ao fracasso da Monarquia do Norte no Porto, em 1919. Com especial atenção ao que registou sobre os períodos ditatoriais de João Franco, Pimenta de Castro e Sidónio Pais.

**Bibliografia activa:** *Bastidores da História. O drama liberal. Palmella na imigração*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, [1915]; *Pimenta de Castro, dictador*, Lisboa, Rocha Martins, 1920; *Memórias sobre Sidónio Paes*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC, 1921; *A independência do Brasil*, Lisboa – Porto – Coimbra, Lvmen – Empresa Internacional Editora, 1922; *Monarquia do Norte*, [Lisboa], composto e impresso nas Oficinas Gráficas do “ABC”, 1922-1923; *A República: memórias para a história do novo regime*, Lisboa, Sociedade Typographica Editora Lamas, Motta & C<sup>a</sup>, [19??]; *D. Carlos: História do seu reinado*, Estoril, Oficina do ABC, 1926; *História de Portugal*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1929; *D. Manuel II: memórias para a História do seu reinado*, Lisboa, Sociedade Editora “José Bastos”, 1930; *O marquês de Pombal desterrado 1777-1782*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1939; *O governo provisório da República Portuguesa (crónica e memórias políticas) 1910-1911*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945; Coleção “Cadernos Históricos”, Lisboa, Edições Excelsior, [1946]; *Vermelhos Brancos e Azuis: homens de Estado, homens de armas, homens de letras*. Lisboa: Vida Mundial, 1948-1951.

**Bibliografia passiva:** “Análise ao livro *O Governo Provisório da República Portuguesa (1910-1911)* de Rocha Martins – Seminário de História II (Abril de 2008)”. In *Civilizacionices... <http://civilizacionices.blogspot.com>*; “Rocha Martins, Francisco José”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXV, Lisboa, Editorial Enciclopédia, [s./d.], pp. 854-855; Victor de Sá, “Fascismo e contradições em Rocha Martins”, in *Vértice*. II série, nº 21, Dezembro 1989; *Rocha Martins: jornalista e historiador*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa – Comissão de Toponímia, 1993; VALDEMAR, António, “Rocha Martins. Contra o poder, escrever, escrever”, in *Revista do Expresso* (“100 anos 100 Portugueses”), Lisboa, 1 de Junho de 2013.

Joaquim Romero Magalhães



APOIOS:

